



**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO EMBASADO NO
DOCUMENTO FINAL (RIO+20)**

**RÚBIA MOREIRA SANTOS¹
SUELI REGINA DE OLIVEIRA²**

RESUMO: O presente artigo tem como base o Documento Final da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), realizada em 2012. O objetivo deste é conceituar o Desenvolvimento Sustentável e pontuar as noções básicas, mas primordiais, do Documento Final da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) no intuito de espalhar tal conhecimento. O estudo sobre o tema é de suma importância na promoção de conscientização da sociedade para com o meio ambiente, o qual é vital para a sobrevivência da humanidade. A metodologia utilizada caracterizou-se, do ponto de vista da abordagem do problema, como pesquisa qualitativa; em relação aos fins apresentados na elaboração deste, a pesquisa se complementa sendo do tipo explicativa; e quanto aos meios de investigação a modalidade aplicada foi a pesquisa bibliográfica; tendo como forma de análise dos dados a análise de conteúdo. Conclui-se que por viver-se em uma cultura de risco, os efeitos negativos da destruição do meio ambiente aumentam consideravelmente e constantemente atingem todas as espécies existentes no mundo; porém, a conscientização e prática do Desenvolvimento Sustentável assumem seu dever no sentido de enfrentar tal crise diante do seu compromisso de originar mudanças de valores, sentimentos e atitudes perante a toda e qualquer população, promovendo uma educação contrária ao modelo destruidor das relações entre os seres humanos e destes com o meio ambiente. Portanto, enfatiza-se a importância do Documento Final (Rio+20) como instrumento utilizado para esta finalidade.

Palavras Chave: (Rio+20). Desenvolvimento Sustentável. Conscientização.

1 INTRODUÇÃO

Não é de hoje, que os seres humanos e o meio ambiente enfrentam certos conflitos entre si, principalmente a exploração dos recursos naturais por parte do homem sem se

¹ Trabalho apresentado no **GT 4 - GESTÃO DE NEGÓCIOS SUSTENTÁVEIS** na Semana Acadêmica Fatecie 2014

² Graduando (a) em Administração pela FANP/UNIESP – Faculdade do Noroeste Paranaense.
rubi_moreira@hotmail.com

³ Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sócio cultural. suelireginadeoliveira@hotmail.com



preocupar com a degradação ambiental. Mas a situação se agravou a partir do século XVIII com o início da Revolução Industrial.

Diante da abundância dos recursos naturais as empresas e indústrias travaram um mau relacionamento com o meio ambiente, no qual apenas a primeira parte tirou proveito. Desta forma, estas são as principais responsáveis pela agressão à natureza, no entanto, vale ressaltar que não existem empresas e indústrias sem seres humanos, portanto, o responsável causador deste problema é a própria humanidade.

Ainda não suficiente, porém enfáticas, tem sido as manifestações a favor de um meio ambiente sustentável, onde, homens e natureza possam conviver em total harmonia, como Seiffert (2010, p. 45) escreve que “o processo de gestão ambiental surgiu como uma alternativa para buscar a sustentabilidade dos ecossistemas humanos, harmonizando suas interações com os ecossistemas naturais”.

Dentre o tipo de evento citado acima, destaca-se a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), realizada em 2012, da qual, seu Documento Final serve de base para este estudo, no sentido de promotor do Desenvolvimento Sustentável.

O assunto Desenvolvimento Sustentável, com foco na (Rio+20) é muito complexo, pois aborda vários capítulos de diferentes aspectos, como o econômico, o sócio cultural e o tecnológico, mas todos visando o desenvolvimento do planeta em conjunto com a responsabilidade ambiental de todos pertencentes a uma sociedade.

O objetivo deste artigo é conceituar o Desenvolvimento Sustentável e pontuar as noções básicas, mas primordiais do Documento Final da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) no intuito de espalhar tal conhecimento.

A escolha do tema se justifica por julgar ser de suma importância a necessidade de contribuir também com o trabalho de conscientização de que é da natureza que tiramos nossos recursos e por esse e vários outros motivos não temos o mínimo direito de destruí-la. Tem-se a pretensão de deixar claro que através de ações e ajuda mútua no âmbito individual, nacional e internacional é possível melhorar o envolvimento do ser humano com o meio ambiente.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Atualmente, as pessoas estão sofrendo enfaticamente as conseqüências do mau uso dos recursos ambientais causadas há muitos anos. Devido a este fato, o qual vem se agravando a



cada dia, é que cada vez mais aumenta a preocupação em preservar o que ainda resta e recuperar o que foi retirado da natureza sem um planejamento de reposição. Pois, como Seiffert (2010, p. 6) alerta: "Os impactos ambientais (...) vêm evidenciando, ao longo das últimas décadas, um potencial muito elevado de comprometimento da qualidade de vida do homem e mesmo de sua sobrevivência".

O problema ambiental era é tão grande, que de acordo com Seiffert (2010, p. 6), no ano de 1972, um relatório a respeito das consequências do crescimento rápido da população mundial, denominado 'Os Limites do Crescimento', apresentado por uma equipe contratada pelo Clube de Roma, chefiada por Dana Meadows, previa que "as tendências que imperavam até então, conduziram a uma escassez catastrófica dos recursos naturais e a níveis perigosos de contaminação num prazo de 100 anos".

2.1 Desenvolvimento sustentável

O conceito de Desenvolvimento Sustentável não é recente, ao contrário, existe há muito tempo e vários acontecimentos marcaram sua evolução, porém, formalmente este conceito foi instituído em 1983, na Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pelas Nações Unidas para discutir e propor meios de conciliar dois objetivos: o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental; cuja definição é um "desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações. É o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro" (ALBUQUERQUE, 2009, p. 78).

Os trabalhos dessa Comissão só se concluíram em 1987, quando foi elaborado e apresentado um diagnóstico dos problemas globais ambientais. Tal diagnóstico foi denominado de Relatório Brundtland e, segundo Albuquerque (2009) se tornou uma nova maneira de olhar o desenvolvimento, a qual amplamente difundida e aceita, e o termo ganhou força.

Para Seiffert (2010, p. 263), o relatório acima citado define as premissas do que seria o Desenvolvimento Sustentável, o qual contém dois conceitos chave: o de "necessidades, sobretudo as necessidades essenciais dos pobres no mundo, que devem receber a máxima prioridade"; e "a noção das limitações que o estágio da tecnologia e da organização social

impõe ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades das gerações presentes e futuras". O mesmo autor o define como:

[...] desenvolvimento sustentável constitui-se na adoção de um padrão de desenvolvimento requerido para obter a satisfação duradoura das necessidades humanas, com qualidade de vida. Isto necessariamente implicará na eficácia do uso dos fatores de produção dos recursos naturais (matérias-primas e insumos de processo) e sociais (mão-de-obra) (SEIFFERT, 2010, p. 22).

O desenvolvimento sustentável surgiu então, segundo Curi (2011, p. 4) para utilizar os recursos naturais de maneira consciente sem comprometer ainda mais as gerações futuras, pois escreve “a chance para conciliar as necessidades de hoje sem comprometer a sobrevivência das gerações futuras só tem um nome: sustentabilidade.

A importância do trabalho realizado em prol do Desenvolvimento Sustentável para com toda a sociedade, também está registrada no documento final (Rio+20) (2012, parágrafo 3):

Reconhecemos que os povos estão no centro do desenvolvimento sustentável e, nesse sentido, trabalhamos por um mundo justo e equitativo para todos, e nos comprometemos a trabalhar juntos, por um crescimento econômico sustentável que beneficie a todos, pelo desenvolvimento social e pela proteção do ambiente favorecendo o interesse de todos.

A partir da conceituação de Desenvolvimento Sustentável é que possível estabelecer objetivos do mesmo, como ética ambiental e profissional, cultural, responsabilidade social, educação, etc. Desta maneira, fica claro a relação entre o referido Desenvolvimento e a Educação Ambiental, pois os mesmos estão interligados em seus propósitos.

Sendo assim é importante conceituar também o termo Educação Ambiental, que de acordo com a Política Nacional de Educação Ambiental, Lei nº 9795/1999, Art 1º, são:

Processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

A julgar pela própria denominação o objetivo da Educação Ambiental é claro, disseminar o conhecimento sobre o ambiente e seu propósito é que os indivíduos, como um todo, construam valores sociais comuns para a construção de um mundo melhor, onde:

A ampliação da consciência individual para a coletiva não pressupõe a perda da consciência individual e sim, agrega a esta, valores e atitudes de união, de solidariedade e de cooperação, passando a adquirir uma consciência da integração entre ser humano/natureza como uma coisa só (SCHENINI, 2005, p. 152).

Diante da necessidade de consciência individual o Documento Final (Rio+20) (2012, parágrafo 230), reconhece que tem que haver uma educação de qualidade em todos os níveis de escolaridade, preparando cada indivíduo desde cedo para o desenvolvimento sustentável:

Reconhecemos que as gerações mais jovens são os guardiões do futuro, e que é necessário melhorar a qualidade e o acesso à educação para além do nível primário. Nós, portanto, resolvemos dotar nossos sistemas educacionais de meios para preparar melhor os jovens para a promoção do desenvolvimento sustentável, nomeadamente através de uma melhor formação de professores, do desenvolvimento de currículos em torno da sustentabilidade; do desenvolvimento de programas escolares que abordem as questões ligadas à sustentabilidade; de programas de formação que preparem os estudantes para carreiras em áreas relacionadas com a sustentabilidade; e de uma utilização eficaz de tecnologias de informação e comunicação para melhorar os resultados da aprendizagem. Apelamos para uma maior cooperação entre escolas, comunidades e autoridades, em seus esforços para promover o acesso à educação de qualidade em todos os níveis.

Sendo assim, a Educação Ambiental é um processo voltado para todos a médio e longo prazo, causando uma mudança cultural que afeta as atitudes individuais e coletivas em relação aos cuidados com o meio ambiente. Entretanto, sua aplicabilidade, de maneira efetiva, está condicionada à implantação de políticas públicas educacionais compatíveis, que favoreçam tal mudança, de modo a afetar os hábitos e posturas de uma determinada sociedade (SEIFFERT, 2010, p. 267).

Diante do exposto, sabe-se que o Desenvolvimento Sustentável existe para definir limites para o mundo em desenvolvimento e a Educação Ambiental é um dos métodos utilizados para o exercício do mesmo, a qual tem se difundido devido a tantas catástrofes naturais que ocorre no mundo todo, despertando o interesse do ser humano pelo ambiente em que vive. Portanto esta categoria de educação não está voltada somente para a proteção e uso correto dos recursos naturais, mas também propõe a construção de uma sociedade sustentável, para o seu próprio bem, pois tenta gerar a consciência de que o ser humano é parte do meio ambiente e não o contrário.

2.2 Problemas ambientais e programas de sustentabilidade

Segundo Dias (2009) nos séculos XVIII e XIX, ocorreu uma grande transformação na capacidade produtiva humana conhecida como Revolução Industrial, foi um conjunto de mudanças que aconteceram na Europa. Sua principal mudança foi a substituição do trabalho

artesanal pelo assalariado e com o uso das máquinas; surgiu na Inglaterra e se espalhou em outros países provocando profundas alterações no ambiente natural, o que na realidade apontou para a perspectiva de sua destruição.

Com os novos modos de produção aplicados na época da Revolução Industrial e sua tamanha expansão, as empresas e indústrias foram consideradas como o principal problema para a sustentabilidade, pois:

A Revolução Industrial baseou-se no uso intensivo de grandes reservas de recursos naturais, mais particularmente de combustíveis fósseis, abrindo caminho para uma expansão inédita da escala das atividades humanas, que pressiona fortemente a base de recursos naturais do planeta. Ou seja, mesmo que todas as atividades produtivas humanas respeitassem princípios ecológicos básicos, sua expansão não poderia ultrapassar os limites ambientais que definem a “capacidade de carga” do planeta. (SEIFFERT, 2010, p. 67).

Segundo Seiffert (2010), as leis da natureza determinam que para cada ação exista uma reação correspondente, a ação produtiva das indústrias no período citado provocou a reação de desequilíbrio ambiental, mudanças climáticas, aquecimento global entre outras.

Apenas depois de ocorrido todos estes problemas, de acordo com relatos de Seiffert (2010), que o ser humano repensou sua postura em relação ao usufruto dos recursos naturais que o cercam. Esta preocupação materializou-se através de uma série de eventos de grande importância histórica fundamentais para a melhoria do controle ambiental nos ecossistemas urbanos que levaram ao amadurecimento dos conceitos de Desenvolvimento Sustentável e Educação Ambiental.

Neste contexto, a partir da década de 60, a situação de descaso com a natureza começou a mudar e os recursos naturais passaram a ser mais valorizados.

Conforme Curi (2011, p. 4):

Quando falamos em preocupações ambientais, é comum pensar que elas são mais um modismo dos séculos XX e XXI. De fato, o assunto ganhou muita visibilidade a partir da década de 1960. Posteriormente, ameaças globais, como a erosão da camada de ozônio e o aquecimento do planeta, incluíram a questão ambiental no rol das grandes questões internacionais. Porém, um bom gestor ambiental deve compreender que o uso predatório da natureza e a poluição do meio ambiente não são novidades.

Outro fato importante foi que em 1962 Rachel Louise Carson, em sua obra *Silent spring* (Primavera silenciosa), escreveu sobre a agressão à saúde dos animais e do homem causada pelo defensivo agrícola DDT. “[...] esse livro é de uma contribuição inestimável à proteção ambiental e ao desenvolvimento sustentável, pois gera a consciência sobre a



necessidade de lutas contra o desenvolvimento industrial sem limites e ordem" (ALBUQUERQUE, 2009, p. 72-73).

Já no ano de 1968, de acordo com Seiffert (2010) foi criado o Clube de Roma, do qual participavam diferentes profissionais. Assim tal Clube era composto por comissões multidisciplinares que estudavam o impacto global das interações dinâmicas entre a produção industrial, a poluição, o dano no meio ambiente, o consumo de alimentos e o uso de recursos naturais.

Foi somente no ano de 1970, conforme Albuquerque (2009) escreve que aconteceu pela primeira uma manifestação em defesa de causas ambientalistas, no dia 22 de abril, nos Estados Unidos, reunindo 20 milhões de pessoas.

Dois anos após a primeira manifestação em prol ao meio ambiente, ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano na Suécia. Nessa conferência foi defendido “um programa internacional voltado para a conservação dos recursos naturais e genéticos do planeta, pregando que medidas preventivas teriam que ser implementadas imediatamente, o que evitaria um grande desastre no futuro”. (SEIFFERT, 2010, p. 12).

Ainda historicamente, a década de 80 foi marcada pela atenção dada ao problema da poluição, quando muitos países criaram leis regulamentando a atividade industrial no tocante a este problema.

Especificamente em 1987, foi publicado o Relatório Brundtland, um documento intitulado *Our Common Future*, que significa Nosso Futuro Comum, desenvolvido pela médica e ex primeira ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, que chefiou a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, para estudar o assunto a pedido da Organização das Nações Unidas (ONU). Neste documento, de acordo com Seiffert (2010, p. 13) o desenvolvimento sustentável é idealizado como “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”.

Como Seiffert (2010) explica, o Relatório Brundtland assinalava a desigualdade existente entre os países e apontava a pobreza como uma das principais causas dos problemas ambientais, o que contribuiu para que o conceito de Desenvolvimento Sustentável fosse difundido e adotado na agenda política, introduzindo definitivamente a idéia de que o desenvolvimento econômico deve se realizar sem comprometer as necessidades das futuras gerações.

Mais recentemente, um dos eventos mais conhecidos em defesa do meio ambiente foi a elaboração no ano de 1996, da Norma de Proteção Ambiental, conhecida como ISO 14001.

Conforme Seiffert (2010, p. 15) relata, este último documento tem como objetivo promover uma “abordagem comum à gestão ambiental semelhante à gestão de qualidade, aperfeiçoando a capacidade das organizações para alcançarem e medir melhorias no desempenho ambiental, bem como facilitar o comércio entre as nações”. Ou seja, as normas da ISO 14001 estabelecem diretrizes para a implantação de sistemas de gestão ambiental. Esta norma tem como objetivo estabelecer os meios necessários para que o sistema de gestão ambiental de uma organização tenha eficácia.

Os acontecimentos, aqui mencionados sobre alguns dos principais acontecimentos abrangendo o desenvolvimento sustentável, visando à sustentabilidade do planeta, foi uma das maneiras encontradas para solucionar ou amenizar os problemas ainda existentes na atualidade, acontecimentos esses, que com certeza foi e será de muita importância para a questão ambiental.

2.3 Sustentabilidade no aspecto econômico, sócio cultural e tecnológico

Embora não difundido, a sustentabilidade e a economia de um país estão inter relacionadas, pois conforme Cavalcanti (2003) explica, para que o processo econômico seja realizado há uma combinação de recursos do ecossistema no intuito de conciliar as atividades econômicas com as atividades ambientais.

O termo mais conhecido para se referir a economia voltada ao Desenvolvimento Sustentável é a economia verde ou economia da sustentabilidade e está registrada no Documento Final (Rio+20) (2012, parágrafo 56) onde consta que "a economia verde deve contribuir para a erradicação da pobreza e para o crescimento econômico sustentável, reforçar a inclusão social, melhorando o bem estar humano [...]”.

Através de uma simples reflexão, percebe-se a ligação dos aspectos econômicos com a sustentabilidade, pois como Cavalcante (2003, p. 18) afirma “a economia não pode ser vista como um sistema dissociado do mundo da natureza, pois não existe atividade humana sem água, fotossíntese ou ação microbiana no solo”.

O que tem acontecido é que inúmeros fatores como o crescimento contínuo e acelerado da população, a destruição de florestas e o ar que respiramos, tem desestruturado a



vida na terrestre. Sendo assim, o Desenvolvimento Sustentável é o meio de associar os seres humanos com a natureza, para que a escassez de recursos naturais seja interrompida e não prejudique ainda mais a população global. Isto não significa que os países devam parar de se desenvolverem, ao contrário, devem priorizar o desenvolvimento sustentável de acordo com suas necessidades, buscando recursos financeiros para tal desenvolvimento, oriundos de todos os demais países, conforme consta na Declaração (Rio+20) (2012, parágrafo 255).

Nós concordamos em estabelecer um processo intergovernamental sob a Assembléia Geral da ONU, com apoio técnico do Sistema das Nações Unidas, e em consulta aberta e ampla, com organizações internacionais, instituições financeiras regionais e outras partes interessadas. O processo vai avaliar as necessidades de financiamento, considerar a eficácia, coerência e sinergias de instrumentos e quadros existentes, e avaliar as iniciativas adicionais, com vista a preparar um relatório que proponha opções sobre uma Estratégia de Financiamento do Desenvolvimento Sustentável eficaz para facilitar a mobilização de recursos e sua efetiva utilização na realização dos objetivos de desenvolvimento sustentável.

Diante do exposto, entende-se que apoiados pela ONU, a estratégia acima sugerida de financiar o Desenvolvimento Sustentável se faz eficaz e contribui em muito para a formação de um novo mundo, um mundo moderno que pratique a economia de sustentabilidade priorizando o meio ambiente favorecendo toda e qualquer sociedade.

No aspecto sócio cultural, a conciliação entre sustentabilidade e o meio social deve ser implementada às pessoas através da prática cultural para a preservação do ambiente num âmbito global.

Segundo Jacobi (2003, p. 2) a dimensão ambiental, ou seja, o ecossistema torna-se cada vez mais “uma questão que diz respeito ao universo educativo, enfatizando o engajamento das diversas formas de conhecimento, bem como a capacitação de profissionais e o envolvimento da comunidade universitária numa perspectiva interdisciplinar”. Desta maneira o autor escreve que é necessário proporcionar as inter relações do meio natural com o social para que se possa produzir conhecimento e analisar as formas de se organizar socialmente, priorizando um novo aspecto de desenvolvimento que evidencie a sustentabilidade sócio cultural.

A Declaração Final da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) (2012, parágrafo 39) faz referência ao aspecto sócio cultural quando enfatiza que o planeta Terra e seus ecossistemas são a nossa casa.

Reconhecemos que o planeta Terra e seus ecossistemas são a nossa casa e que a expressão “Mãe Terra” é comum em vários países e regiões e que alguns países reconhecem direitos da natureza no contexto da promoção do desenvolvimento sustentável. Estamos

convencidos de que, para alcançar um justo equilíbrio entre as necessidades econômicas, ambientais e sociais das gerações presentes e futuras, é necessário promover a harmonia com a natureza.

Contudo, a essência para uma sustentabilidade no aspecto sócio cultural é uma excelente educação, para então, a humanidade adquirir conhecimento e utilizá-lo devidamente no meio social.

Enfim, referindo-se à sustentabilidade no aspecto tecnológico, primeiramente destaca-se que a revolução tecnológica ocasionou transformações sem precedentes, principalmente transformações nos processos de produção criando uma imensidão de novos produtos, sem os quais o mundo atual não conseguiria mais sobreviver; porém ocasionando um grande conflito com o meio ambiente.

Sem dúvida a tecnologia é algo muito importante para as pessoas, principalmente para os países em desenvolvimento e foi desenvolvida para a melhoria da humanidade e, o aperfeiçoamento dos processos produtivos foram um grande passo para o avanço do planeta, não considerando que ocorreram de maneira repentina, inesperada e desordenada. Por isso, a Declaração Final da Conferência da (Rio+20) (2012), teve a preocupação de se reunir com governantes dispostos a estudarem, planejarem e buscarem soluções e condições favoráveis de aplicações das tecnologias, respeitando o meio ambiente, alcançando o objetivo de preservar a economia verde em relação ao desenvolvimento sustentável.

Em relação à tecnologia ambientalmente saudável, a Declaração Final da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) (2012, parágrafo 271) se manifesta da seguinte forma:

Ressaltamos a necessidade de criar um ambiente propício para o desenvolvimento, adaptação, difusão e transferência de tecnologias ambientalmente saudáveis. Nesse contexto, nota-se o papel do investimento direto estrangeiro, comércio internacional e da cooperação internacional na transferência de tecnologias ambientalmente saudáveis. Engajamo-nos em nossos países, bem como através da cooperação internacional, a promover o investimento em inovação, ciência e tecnologia a serviço do desenvolvimento sustentável.

De acordo com o Documento Final da Conferência (Rio+20) (2012, parágrafo 272), é de suma importância que todos os países tenham acesso às tecnologias ambientalmente saudáveis e a novos conhecimentos numa ação de cooperação mútua, principalmente para com países em desenvolvimento, pois de acordo com a (Rio+20) (2012, parágrafo 272), desta maneira é possível “Isso pode ajudar os países, em particular, países em desenvolvimento, especialmente a desenvolverem suas próprias soluções inovadoras, pesquisa científica e novas tecnologias ambientalmente saudáveis, com o apoio da comunidade internacional”.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quanto aos métodos utilizados para compor este artigo, do ponto de vista da abordagem do problema se caracteriza como pesquisa qualitativa, que não se preocupa com representatividade numérica e sim com a compreensão do conteúdo com o objetivo de produzir informações sobre determinado assunto. Para Gil (2007, p. 40) a pesquisa qualitativa “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”.

Diante dos fins apresentados na elaboração deste, a pesquisa se complementa sendo do tipo explicativa, a qual segundo para Severino (2007, p. 123) “é aquela que, além de registrar e analisar os fenômenos estudados, busca identificar suas causas [...]”. Ou seja, este tipo de pesquisa busca o porquê das coisas através dos resultados.

Tratando-se dos meios de investigação a modalidade aplicada foi a pesquisa bibliográfica, como Gil (2007, p. 44) explica “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Assim tal pesquisa se baseia em referências já teóricas já analisadas e publicadas de acordo com o assunto a que se refere.

Na sequência, a realização da análise dos dados foi de forma de análise de conteúdo, que na opinião de Gil (2007) visa verificar hipóteses e ou descobrir o que está por trás de cada conteúdo. Esta técnica é usual no tratamento de dados que visa identificar o que está sendo dito a respeito de determinado tema. Por fim, apresenta-se as considerações que a pesquisadora, ao findar a construção deste artigo, avalia serem pertinentes.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Como já mencionado neste artigo, o Documento Final (RIO+20) (2012) é um relatório que mostra a finalidade da Conferência Rio+20, onde foram reunidos chefes de Estado com participações da sociedade civil com intenções de renovar o compromisso com o Desenvolvimento Sustentável e promover um mundo melhor, como relatado em seu parágrafo 1.



Diante das informações obtidas, analisa-se que o entendimento do conceito de Desenvolvimento Sustentável é primordial para que se realize um trabalho que alcance o objetivo proposto pela (RIO+20) (2012, parágrafo 4), o mesmo se refere a “erradicação da pobreza, mudança dos modos de consumo e produção não viáveis para modos sustentáveis, bem como a proteção e gestão dos recursos naturais, que estruturam o desenvolvimento econômico e social”.

Contudo, para que seja atingido tal objetivo é necessário não somente a compreensão desse conceito, mas sim que a sociedade, como um todo, desperte e se envolva com o meio ambiente em que vive, pois é reconhecido em documento que o planeta Terra é a “nossa casa” (RIO+20, 2012, parágrafo 39), é de extrema importância que seja cuidado; também é preciso a participação de instituições em todos os níveis, municipais, estaduais, federais e privadas que sejam comprometidas, transparentes e democráticas na gestão dos recursos naturais e preservação do meio ambiente e que promovam a harmonia entre os indivíduos e a natureza, visando o bem de ambos, pois como afirma o Documento Final (RIO+20) (2012, parágrafo 39) para acontecer o desenvolvimento sustentável “[...] é necessário um justo equilíbrio entre as necessidades econômicas, ambientais e sociais das gerações presentes e futuras, é necessário promover a harmonia com a natureza”.

Referente aos aspectos econômicos, a (Rio+20) (2012, parágrafo 6) os associam ao Desenvolvimento Sustentável quando evidencia que é importante “trabalhar juntos, por um crescimento econômico sustentável que beneficie a todos, pelo desenvolvimento social e pela proteção do ambiente favorecendo o interesse de todos”. E complementa:

Reconhecemos que a democracia, a boa governança e o Estado de Direito, nos níveis nacional e internacional, bem como um ambiente favorável são essenciais para o desenvolvimento sustentável, incluindo um crescimento econômico sustentável e igualitário, desenvolvimento social, proteção ambiental e a erradicação da pobreza e da fome [...]” (Rio+20, 2012, parágrafo 10).

Diante o Documento Final (RIO+20) a participação de toda a sociedade trabalhando a favor do Desenvolvimento Sustentável, não se restringe somente ao aspecto econômico, mas também a responsabilidade sócio cultural se destaca como compromisso das gerações atuais para a permanência das gerações futuras, aliada aos aspectos tecnológicos.

No sentido sócio cultural o que demonstra o Documento Final (RIO+20), é que o Desenvolvimento Sustentável também se aplica no desenvolvimento humano, mais precisamente na qualidade de vida, referindo-se ao assentamento humano, ou seja, na habitação e infra estrutura da mesma, proporcionando a revitalização urbana, melhores

condições de vida e de trabalho tanto para moradores urbanos quanto para os rurais, conforme consta no Documento Final (RIO+20) (2012, parágrafo 134) onde consta: “Reconhecemos que, se bem planejadas e desenvolvidas, inclusive através de métodos de planejamento e de gestão integrados, as cidades podem promover sociedades sustentáveis no plano econômico, social e ambiental”.

Portanto, os aspectos sócio-culturais se referem à cultura das pessoas, por isso é tão primordial a disseminação do conceito de desenvolvimento sustentável no meio social, para que possa ser enraizado na mente e nos costumes das pessoas.

Quanto aos aspectos tecnológicos, entende-se que o avanço da tecnologia é indispensável para um mundo moderno, porém o modo como tem se dado é prejudicial ao meio ambiente e para amenizar este efeito negativo o Documento Final (RIO+20), afirma que o conceito de Desenvolvimento Sustentável pode ser correlacionado à tecnologia e suas inovações.

Deste modo, o documento citado reza que os países tenham a prática da tecnologia ambientalmente saudável, com novos conhecimentos e competências especializadas. “Ressaltamos a necessidade de criar um ambiente propício para o desenvolvimento, adaptação, difusão e transferência de tecnologias ambientalmente saudáveis [...]” (Rio+20) (2012, parágrafo 271).

Porém, nem todos os países possuem recursos financeiros e conhecimento suficientes para desempenhar uma tecnologia compatível com o Desenvolvimento Sustentável e este fato é uma das preocupações da (Rio+20), que em seu Documento Final (RIO+20) (2012) no parágrafo 271, recomenda que haja investimento e cooperação internacional no sentido de financiar e compartilhar a tecnologia ambientalmente saudável: “Engajamo-nos em nossos países, bem como através da cooperação internacional, a promover o investimento em inovação, ciência e tecnologia a serviço do desenvolvimento sustentável”.

O que se apresenta na (Rio+20) é um grande passo para o Desenvolvimento Sustentável se colocado em prática. Analisando seus principais tópicos o que se observa é que este último se dá através da Educação Ambiental. Portanto estes também são interligados e se completam no sentido de promover o bem ao meio ambiente e o ser humano.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo se desenvolveu tendo como base o Documento Final da Conferência das Nações Unidas que trata do Desenvolvimento Sustentável, a (Rio+20), que aconteceu no ano de 2012. Inúmeros são os assuntos abordados nesta conferência na área de sustentabilidade, entre eles a preservação do meio ambiente, sua conservação e a educação ambiental; também reconhece que os principais aspectos relacionados à responsabilidade ambiental são os econômicos, sócio culturais e tecnológicos, neste sentido originou-se tal documento de importância incontestável ao meio ambiente e à humanidade.

Diante do exposto até aqui, percebe-se que atualmente as pessoas estão sentindo na pele as conseqüências do mau uso dos recursos naturais e ainda mais a necessidade de mudanças urgentes no sentido de reparar as injustiças ambientais, as quais atingem diretamente a própria humanidade, promover tais mudanças é o intuito do Documento Final (RIO+20).

A degradação ambiental vem acontecendo há muito tempo, porém com o advento da Revolução Industrial, onde super valorizou-se a produção e o consumo, este problema se agravou ainda mais. Devido ao fato de se ter matéria prima em abundância, a mesma foi explorada sem o mínimo cuidado de preservação e não demorou muito para que suas implicações fossem percebidas; por isso que, entre tantos outros eventos e leis, o Documento Final (RIO+20) serve, não somente de alerta, mas principalmente de guia, a ser seguido por todos, que resume as noções fundamentais e propostas de soluções para o problema da deterioração do meio ambiente através do Desenvolvimento Sustentável.

Neste estudo apenas as informações básicas do Documento Final (RIO+20) foram citados, por considerar-se tal conhecimento e sua disseminação o primeiro passo na promoção da conscientização da responsabilidade perante o meio ambiente, por parte da humanidade, mais especificamente, por parte da sociedade em que a pesquisadora atua, pois a conservação do meio ambiente depende da humanidade e esta depende do meio ambiente para a sobrevivência de sua espécie, é como Curi (2011, p. 5) relata em um dos seus estudos, que: “Nós fazemos parte de um todo que liga um todo em um planeta, sem a natureza não somos nada, mas a natureza sem nós é tudo, por isto para nossa sobrevivência e para gerações futuras temos que preservar que temos de mais valor o planeta Terra”.

Conclui-se então, que por viver-se em uma cultura de risco, onde a percepção direta de destruição do meio ambiente, muitas vezes escapa à capacidade humana, os efeitos negativos

deste estrago aumentam consideravelmente e constantemente atingem todas as espécies existentes no mundo; porém, apesar dessa crise ambiental histórica, que se deve única e exclusivamente ao poder humano, a conscientização e prática do Desenvolvimento Sustentável assumem seu dever no sentido de enfrentar tal crise diante do seu compromisso de originar mudanças de valores, sentimentos e atitudes perante a toda e qualquer população, dentro de cada realidade, de forma permanente e continuada promovendo uma educação contrária ao modelo destruidor das relações entre os seres humanos e destes com o meio ambiente.

Portanto, mais uma vez enfatiza-se a importância do Documento Final (Rio+20) como instrumento utilizado na diminuição, ou até mesmo aniquilação dos efeitos insustentáveis ao meio ambiente, através da realização de políticas, programas, projetos e ações que trabalhem no Desenvolvimento Sustentável.

Por fim, sugere-se diante do tema proposto, que este artigo sirva de base para futuras pesquisas que tenham o interesse de expandir o conceito de Desenvolvimento Sustentável e outros documentos relacionados com o mesmo.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, José de Lima. **Gestão Ambiental e Responsabilidade Social: Conceitos, Ferramentas e Aplicações**. São Paulo: Atlas 2009.

CAVALCANTE, Clóvis. **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável - Breve introdução à economia da sustentabilidade**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

CURI, Denise. **Gestão Ambiental**. 1. ed. São Paulo: Pearson, 2011.

DOCUMENTO. Declaração Final da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (RIO+20): O futuro que queremos. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://www.rets.org.br/sites/default/files/O-Futuro-que-queremos1.pdf>>. Acesso em 14 jul 2014.

DIAS, Reinaldo. **Gestão Ambiental: Responsabilidade Social e Sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.



JACOBI, Pedro. **Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade**. Cadernos de Pesquisa, n. 118, p. 189-205, março/2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n118/16834.pdf>>. Acesso em 08 jul 2014.

Política Nacional de Educação Ambiental. **Lei n. 9795/1999**. Lei da Educação Ambiental. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental>>. Acesso em: 23 ago 2014.

SCHENINI, Pedro Carlos. **Gestão Empresarial Sócio Ambiental**. Florianópolis: (s.n.), 2005.

SEIFFERT, Mari Elizabete Bernardini. **Gestão Ambiental: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental**. 1. ed. São Paulo: Atlas 2010.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.